**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH
HOSPITAL GERAL DE TAILÂNDIA**

CNPJ 23.453.830/0007-65

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)

Ativo	Nota	2020	2019	Passivo	Nota	2020	2019
Circulante		6.741.226	6.420.994	Circulante		3.964.147	3.861.439
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.900.905	3.394.368	Fornecedores	9	1.600.922	1.754.528
Contas a receber	5	55.096	2.415.808	Obrigações trabalhistas	10	1.791.212	1.710.013
Estoques		755.300	517.011	Obrigações sociais	11	260.175	257.491
Adiantamento a Funcionários		932	40.034	Obrigações fiscais		170.139	138.924
Partes Relacionadas	8	-	162	Outras contas a pagar		138	483
Outros Créditos		28.993	50.201	Partes relacionadas	8	141.561	-
Despesas antecipadas		-	3.410	Não Circulante		1.390.198	3.608.756
Não Circulante		2.953.466	2.663.180	Partes relacionadas	8	1.215.000	3.433.558
Contas a receber	5	2.236.311	2.236.311	Provisão para contingências	12	175.198	175.198
Depósitos judiciais	12	580.812	243.411	Patrimônio social	13	4.340.347	1.613.979
Imobilizado líquido	6	136.343	169.479	Patrimônio social		2.989.153	(1.074.225)
Intangível líquido	7	-	13.979	Superávit acumulado		1.351.194	2.688.204
Total do Ativo		9.694.692	9.084.174	Total do Passivo e do Patrimônio Líquido		9.694.692	9.084.174

DEMONSTRAÇÃO DO SUPERÁVITO DOS EXERCÍCIOS FNDOS

EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)

	Nota	2020	2019
Receitas Operacionais		33.778.753	33.778.753
Serviços prestados pacientes SUS		33.778.753	33.778.753
Custos		(27.205.223)	(25.986.526)
Pessoal e encargos		(8.923.153)	(8.857.458)
Serviços de terceiros		(13.638.045)	(13.428.842)
Materiais e medicamentos		(4.644.025)	(3.700.226)
Despesas		(5.267.607)	(5.100.347)
Pessoal e encargos		(2.230.788)	(1.858.101)
Despesas gerais e administrativas	14	(2.947.961)	(3.101.948)
Depreciação/amortização		(47.116)	(108.406)
Impostos, taxas e contribuições		(7.412)	(4.972)
Outras receitas e despesas operacionais		(34.330)	(26.920)
Financeiras Líquidas		45.271	(3.676)
Despesas financeiras		(23.332)	(43.118)
Receitas financeiras		68.603	39.442
Superávit do Exercício		1.351.194	2.688.204

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

DOS EXERCÍCIOS FNDOS EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2020	2019
Superávit do exercício	1.351.194	2.688.204
Ajustes para conciliar o resultado		
Depreciação/amortizações	47.116	108.405
Superávit ajustado	1.398.310	2.796.609
Variações no circulante das contas de ativo e passivo	1.809.887	(946.255)
Redução em créditos - circulante	2.083.619	417.877
(Aumento) em estoques	(238.289)	(63.384)
Redução das despesas antecipadas	3.410	1.600
(Redução) em fornecedores	(153.606)	(1.495.477)
Aumento de obrigações trabalhistas	81.199	122.006
Aumento de obrigações sociais	2.684	22.356
Aumento de obrigações tributárias	31.215	52.449
(Redução) de outras obrigações	(345)	(3.674)
(Redução) das obrigações - não circulante	-	(8)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	3.208.197	1.850.354
Atividades de investimentos	-	(11.721)
Aquisição de imobilizado	-	(11.721)
Atividades de financiamentos	(701.660)	(47.663)
Transações com partes relacionadas	(701.660)	(47.663)
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.506.537	1.790.970
Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)		
Saldo existente no início do exercício	3.394.368	1.603.398
Saldo existente no final do exercício	5.900.905	3.394.368
Aumento no caixa e equivalentes de caixa	2.506.537	1.790.970

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DOS EXERCÍCIOS FNDOS EM 31/12/2020 E 2019 - Em Reais (R\$)

	Patrimônio Social		Superávit acumulado	Total
	2020	2019		
Em 31/12/2018	(2.630.974)	1.556.757	(1.074.217)	
Incorporação ao Patrimônio Social	1.556.757	(1.556.757)	-	-
Ajustes patrimoniais	(8)	-	(8)	-
Superávit do exercício	-	2.688.204	2.688.204	-
Em 31/12/2019	(1.074.225)	2.688.204	1.613.979	
Incorporação ao Patrimônio Social	2.688.204	(2.688.204)	-	-
Transferências (Nota 13)	1.375.174	-	1.375.174	-
Superávit do exercício	-	1.351.194	1.351.194	-
Em 31/12/2020	2.989.153	1.351.194	4.340.347	

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DOS EXERCÍCIOS FNDOS EM 31/12/2020 E DE 2019 - Em Reais - R\$

1. **Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:** O Hospital Geral de Tailândia foi inaugurado oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 2011. O Hospital possui 51 (cinquenta e um) leitos e conta com uma Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) que oferece 9 (nove) leitos, sendo 06 (seis) destinados a pacientes adultos e 03 (três) infantis e funciona em regime semi-intensivo para receber pacientes em estado grave, além de oferecer os serviços: ortopedia, traumatologia, cardiologia, radiologia, cirurgia geral e anestesiologia, exames de mamografia, endoscopia, ultrassonografia, eletrocardiograma, raios-x e laboratoriais. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado na Avenida Florianópolis, s/nº, bairro Novo, cidade de Tailândia/PA. **b) Contrato de Gestão:** O Hospital Geral de Tailândia é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de julho de 2013, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2018, vigente até 30 de junho de 2023. Em 2020, o Hospital foi requerido, pelo Ente Público, a prestar serviço de urgência para atendimento à COVID-19, não havendo complemento do atual contrato de gestão, porém arcou com custos mais altos para aquisição de materiais e medicamentos, dada a condição de maior necessidade Hospitalar no País. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:

Âmbito	Legislação	Publicação
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967

A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja renovação para o triênio de 1º de janeiro de 2021 a 31 de dezembro de 2023 foi protocolada em 07/10/2020, junto ao Ministério da Saúde e aguarda manifestação do Ministério da Educação e Ministério da Cidadania. A Entidade tem a manutenção de sua certificação até a publicação da decisão pelo Ente Público, conforme previsto no artigo 24 da lei 12.101/2009. **2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITG 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 10 de março de 2021. **2.2. Base de mensuração e apresentação:** As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. **2.3. Moeda funcional e de apresentação:** Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. **2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:** São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. **b) Estoques:** São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. **c) Ativo imobilizado:** Os imobilizados tanto próprios como os de gestão pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta pró-

pria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. **d) Ativo intangível:** Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. **e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. **f) Julgamentos e estimativas:** A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeriam um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. **Provisões para riscos judiciais:** A Entidade reconhece, quando identificada, a provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. **Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:** É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. **g) Apuração do Superávit/Déficit:** O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. **h) Reconhecimento de receitas:** As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. **i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:** Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2020 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Impactos da COVID-19 nas operações:** A Administração da Entidade continua adotando medidas que julga necessárias para mitigar e/ou minimizar os impactos gerados pela COVID-19 em suas operações, incluindo, mas não se limitando: (i) Medidas de preservação de caixa, através de redução de custos possíveis dentro da estrutura atual e do adequado cumprimento do convênio **continua...**